

Verbas para a Saúde

O governo federal pretende reajustar os valores dos recursos que repassa aos municípios para o Piso de Atenção Básica (PAB) e para o Programa de Saúde da Família (PSF). A intenção é investir neste ano mais R\$ 500 milhões no chamado atendimento primário dos pacientes, evitando que se acumulem em filas de espera nos hospitais e prontos-socorros. Anualmente, o Ministério da Saúde repassa aos municípios R\$ 10,50 por habitante para o atendimento básico prestado nos postos de saúde. Com a decisão, os recursos passarão para R\$ 12,00 por morador.

Conforme o secretário-executivo do ministério, Gastão Wagner, 80% dos pacientes que procuram o serviço de saúde pública poderiam ser atendidos nos postos de saúde. Isso evitaria o congestionamento dos hospitais que passam por graves crises financeiras provocadas, basicamente, pela incapacidade do governo federal de pagar o valor real dos procedimentos realizados.

O Programa de Saúde da Família, formado por equipes que realizam o atendimento domiciliar regionalizado em todo o País, também terá suas verbas reajustadas em 20%.

Para Gastão Wagner, a decisão do governo federal traça o caminho do futuro do atendimento à saúde pelo poder público: "É como funcionam os sistemas de saúde inglês e canadense: doenças simples são resolvidas em postos de saúde, portanto, não vão parar em prontos-socorros."

Difícil será convencer de que é uma boa decisão os prefeitos que no momento integram a VI Marcha de Brasília, que pleiteiam aumento de 100% no repasse do PAB e reajustes na tabela do Serviço Único de Saúde (SUS). Estimativas do próprio ministério são de que os gastos com saúde alcançam pouco mais de R\$ 200,00 ao

ano por habitante no País. Falta muito para que o sistema brasileiro possa, assim, ser comparado com os exemplos citados. Em países como Canadá, Inglaterra e Suécia, há verbas de US\$ 1,5 mil por habitante para atendimento de saúde.

A revisão dos valores pagos pelo SUS é urgente, mesmo considerando que 80% da população que busca os serviços de saúde possa ser atendida pelos programas de assistência básica, como o PAB e o PSF. Os outros 20%, porém, que dependem de tratamentos contínuos, medicamentos caros, profissionais altamente qualificados, cirurgias complexas como transplantes e internações constantes custam muito aos hospitais, que só recebem do SUS R\$ 19,00 mensais por habitante.

O Estado de São Paulo, que

reúne a maior quantidade de hospitais considerados de referência no tratamento de uma série de doenças e que, por isso, atraem pacientes de todo o País,

Um passo positivo que precisa ser incentivado e muito mais ampliado

tem déficit mensal de R\$ 8 milhões por causa de internações realizadas, mas que não são pagas pelo Ministério da Saúde. Na capital, onde há centros de saúde como o Hospital das Clínicas, o desequilíbrio financeiro na rede de saúde atinge R\$ 2,5 milhões mensais.

É preciso considerar que, apesar dos cortes orçamentários recentes do governo federal, os reajustes anunciados para a Saúde foram preservados. Certa também é a estratégia de incentivar o atendimento primário nos postos de saúde ou até nas casas, com médicos e agentes de saúde. Mas a revisão dos valores do SUS tem de ser realizada simultaneamente. Afinal, R\$ 500 milhões não são suficientes para reduzir expressivamente a demanda nos hospitais que estão, em muitos casos, à beira do fechamento. O esforço do governo tem, enfim, de ser muito maior.